

1. Entidade responsável e informação de contacto

Entidade responsável:

PAUL HARTMANN Lda
Av. Severiano Falcão, 22 – 2º
2685-378 Prior Velho
Tel. +351 21 940 99 20
Fax +351 21 940 99 29
E-Mail: info@hartmann.info

Contactos para a Proteção de Dados:

PAUL HARTMANN Lda
Encarregado de Proteção de Dados
Av. Severiano Falcão, 22 – 2º
2685-378 Prior Velho
E-Mail: dados.pessoais@hartmann.info

2. Princípios da proteção de dados, Perfil do candidato

Processamos os seus dados pessoais de acordo com as disposições do RGPD, a Lei Federal Alemã de Protecção de Dados (BDSG) e outros regulamentos aplicáveis de protecção de dados. Encontrará informações detalhadas a seguir.

Antes de se candidatar a uma vaga em aberto, ser incluído na nossa base de dados de talentos, etc., é necessário criar o seu próprio perfil de candidato. Esse perfil será apenas visível para nós caso se candidate para uma vaga em aberto. Pode alterar ou adicionar informação no seu perfil de candidato a qualquer momento.

2.1 Objetivos no contexto de medidas pré-contratuais (cf. Art. 6 (1) b, Art. 9 (2) b do RGPD, § 26 BDSG)

Esta notificação sobre protecção de dados é emitida no âmbito do processo de candidatura. Os seus dados pessoais são processados com a finalidade de decidir sobre o criação de um vínculo laboral consigo e processá-lo. Poderá também ser realizada uma avaliação, que pode incluir especialmente a criação de um perfil como parte de um teste de personalidade. Embora a avaliação do teste de personalidade seja inicialmente automatizada, o conteúdo é depois verificado pelas pessoas envolvidas no processo de recrutamento. A avaliação pode então ser incluída na decisão sobre a assinatura de um contrato de trabalho consigo. A avaliação ser-lhe-á entregue pessoalmente. Se tal não for possível, ela será enviada por correio postal ou digital. Naturalmente, asseguraremos a melhor entrega digital possível do ponto de vista da segurança das TI, de acordo com a mais recente tecnologia. Como parte do processo de aplicação, os seus dados pessoais podem também ser visualizados por empregados de vários departamentos especializados, na Alemanha e noutros países, mas apenas na medida em que isso – como mencionado – serve para estabelecer a relação laboral consigo.

2.2 Objetivos no âmbito dos nossos interesses legítimos ou de terceiros (cf. Art. 6 (1) f RGPD)

Processamos os seus dados pessoais se for necessário para proteger os nossos interesses legítimos ou os de terceiros, a menos que não haja interesses primordiais da sua parte (incluindo direitos e liberdades fundamentais) que obtem a esse processamento. Os nossos interesses orientados para determinados objectivos podem ser em particular:

- Objetivos administrativos internos;
- Avaliações estatísticas para a gestão da empresa;
- Medidas de controle e processos de otimização de negócios;
- Medidas para o subsequente desenvolvimento de serviços e produtos;
- Identificação de colaboradores recrutados para distribuição de bónus;
- Teste e otimização dos procedimentos para análise de procura;
- Comparação com listas de sanções nacionais, europeias e internacionais como parte do nosso programa de compliance, para determinar dados críticos (rastreo), para além das obrigações legais. A comparação depende, em grande medida, do assunto em questão e das circunstâncias do caso individual, i.e. da previsão do risco e da relevância da segurança para a atividade específica;
- O enriquecimento dos nossos dados, entre outras coisas através do uso ou de pesquisa publicamente disponível, na medida do necessário;
- Pesquisa Ativa (contactar diretamente os candidatos);
- Benchmarking (especialmente a comparação dos números de recrutamento dos países e o respetivo período de recrutamento. O benchmarking é anónimo);
- Atribuição de acções judiciais e defesa em caso de disputas legais que não sejam directamente imputáveis à relação contratual;
- Segurança do edifício e da fábrica, assegurar e exercer os direitos do edifício, tomando as medidas adequadas (por ex. controle de acessos) e, se necessário, por video vigilância, a fim de proteger terceiros e os nossos colaboradores, para evitar crimes e para assegurar provas em caso de investigação relacionada com crimes, na medida em que tal vai para além do dever geral de cuidado;
- Desenvolvimento de outros sistemas e processos existentes;
- Investigações internas e externas, verificações de segurança; publicações;
- Obtenção e manutenção de certificações de natureza privada ou oficial para fins administrativos internos.

2.3 Objetivos no âmbito do seu consentimento (cf. i.a. Art. 6 (1) a do RGPD)

Processamos os seus dados pessoais – em cada caso apenas com base no seu consentimento –

para as seguintes finalidades:

- No contexto de uma aplicação ativa para estabelecer a relação de trabalho, na medida em que o processamento já não pode ser baseado no Art.º 6 (1) b RGPD, Art.º 9 (2) b do RGPD, § 26 (1) e (3) BDSG;
- Preenchimento de vagas que voltaram a ficar livres, para as quais se candidatou originalmente, bem como de vagas a nível mundial, incluindo a inclusão de um banco de talentos ao qual as companhias do grupo PAUL HARTMANN AG na Alemanha e noutros países têm acesso. No último caso mencionado, contactá-lo-emos pelo endereço de email e/ou número de telefone que nos forneceu, caso haja uma vaga correspondente;
- Mensagens na forma de "alertas de emprego". A base para estes alertas é a sua candidatura para uma vaga específica, em cujo contexto criou o seu perfil de candidato. O nome específico da vaga para a qual se candidatou serve como uma palavra chave. Pode adicionar ou apagar "alertas de emprego" individuais em qualquer momento;
- Mensagens sobre oportunidades de carreira. Será considerado para campanhas de marketing personalizadas – geradas pelo sistema – se estiver visível na nossa base de dados de talentos simultaneamente. Estas campanhas de marketing podem referir-se a feiras de emprego atuais, por exemplo, onde pode obter mais informação sobre oportunidades de carreira;
- Pesquisa Ativa – contacto direto consigo, como um candidato.

Não é obrigado a dar-nos o seu contentimento e não existem desvantagens legais se o não fizer. Pode retirar o seu consentimento em qualquer momento. Em princípio, a revogação do consentimento é apenas efetiva para o futuro. O processamento que ocorreu antes da revogação não é afetado e continua legal.

2.4 Finalidade de cumprir requisitos legais (cf. Art. 6 (1) c do RGPD ou finalidades de interesse público (cf. Art. 6 (1) e RGPD)

Como todos os que estão envolvidos no processo económico, também estamos sujeitos a uma variedade de obrigações legais. Estas são principalmente de natureza legal (p.ex. Lei sobre a organização social das empresas, Código da Segurança Social, legislação comercial e fiscal, Código Fiscal Alemão), mas também, quando aplicável, requisitos regulatórios ou oficiais (por ex. associações de seguros de responsabilidade dos empregadores). Os objetivos do processamento podem incluir a verificação da identidade e da idade, prevenção de fraude e branqueamento de capitais (por ex. comparação com listas anti-terroristas europeias e internacionais), gestão de saúde da empresa e assegurar segurança ocupacional. Além disso, a divulgação de dados pessoais pode tornar-se necessária no âmbito de medidas oficiais/judiciais com o objetivo de reunir provas, processos criminais ou aplicação de justiça civil.

3. Categorias e origem dos dados pessoais que processamos

Na medida em que seja necessário para a decisão sobre o estabelecimento de uma relação de trabalho consigo, processamos, além dos dados pessoais recebidos diretamente de si, quaisquer dados pessoais legalmente recebidos de terceiros (ver Art.º 14 do RGPD). Podem incluir-se dados pessoais recebidos de fornecedores de serviços tais como headhunters ou operadores de redes profissionais (p.ex. LinkedIn ou Xing).

Dados pessoais relevantes podem ser:

Primeiro nome e apelido, se aplicável nome de solteiro/a, género, endereço de residência, dados de contacto, data de nascimento, local de nascimento, nacionalidade, afiliação religiosa, estado civil, descrição de funções, dados de contacto que podem ser usados, início / fim do contrato de trabalho, formação académica (escola, estudos, formações, etc.) e desenvolvimento profissional, título, autorização de residência / autorização de trabalho e seu período de validade, dados do documento de identificação, qualificações (carta de condução, socorrista, conhecimento de idiomas estrangeiros, etc.) informação sobre situação atual (principalmente aluno ou estudante), informação sobre certificados e qualificações, deficiência grave (p.ex. direito a férias ou descrição de funções), função honorária / associação ativa num clube (desportivo, etc.), informação acerca dos relacionamentos no anterior emprego, registo criminal (por ex. para funções de segurança), fotos, registos bancários (para contabilização de despesas com viagens).

4. Destinatários ou categorias de destinatários dos seus dados pessoais

Só processamos os seus dados pessoais dentro da nossa empresa. Na nossa empresa os departamentos internos ou as unidades organizacionais recebem os seus dados pessoais de que necessitam para preencher o objetivo e dentro do âmbito do processamento. Os destinatários internos de dados são obrigados a usar os seus dados apenas para as finalidades acima mencionadas.

Se transferirmos os seus dados pessoais para outras pessoas e empresas (terceiros), p.ex. para fornecedores de serviços que nos prestam serviços de recrutamento, ou lhes damos acesso aos dados pessoais, isto é feito apenas com base numa permissão legal. Se encarregamos terceiros do processamento de dados pessoais na base do denominado "acordo de processamento de contratos" e assim assegurar os poderes de influência ou controlo necessários no que diz respeito ao tratamento e utilização dos dados pessoais, isso é feito com base no Art.º 28 RGPD. No entanto,

permanecemos responsáveis perante si quanto à legalidade do processamento de dados.

5. Armazenamento dos seus dados pessoais

Em primeiro lugar, gostaríamos de sublinhar que nós não apagamos os seus dados, tornamo-los anónimos. Após o processo de anonimização ter sido realizado, deixa de existir uma referência à sua pessoa e esse facto não pode ser restaurado. Os regulamentos sobre proteção de dados deixam de ser aplicáveis. Usamos dados anonimizados especialmente para finalidades de avaliação.

Em princípio, processamos ou armazenamos os seus dados pessoais durante o período de contacto directo no âmbito de um processo de candidatura ativa e durante a sua atividade no perfil de candidato. Isto significa que os seus dados pessoais relacionados com uma candidatura específica serão anónimos no máximo 6 meses depois do processo de candidatura estar fechado (iniciando principalmente com a recusa). Se apenas tivermos os seus documentos de candidature em papel, devolvê-los-emos após o final do procedimento de candidatura a nosso favor. A anonimização dos seus dados pessoais guardados no perfil de candidato é feita automaticamente em caso de inactividade durante 6 meses (nenhum login efetuado durante 6 meses). Será informado deste facto antecipadamente por email. Se efetuar login novamente, o período é automaticamente prolongado por mais 6 meses. O pré-requisito em cada caso é que não haja candidatura ativa. Se definir uma eliminação (automática) no seu perfil de candidato, a anonimização acontecerá automaticamente 6 meses após a configuração.

A informação acima mencionada sobre anonimização não se aplica se, entre outras coisas, os períodos de retenção legalmente determinados evitam o apagamento imediato – neste caso anonimização – (cf. Art.º 17 (3) do RGPD) e/ou outro caso do Art.º 17 (3) do RGPD existe e/ou uma nova finalidade justifique a continuação do processamento.

Gostaríamos de sublinhar que a revogação do consentimento concedido por si para as finalidades mencionadas no n.º 2.3 acima apenas tem o efeito de que o processamento respetivo (p.ex. envio de "Alertas de emprego") é parado por nós. Nenhum dado pessoal será portanto anonimizado pela revogação.

6. Processamento dos seus dados num país terceiro ou por uma organização internacional

A transferência de dados para entidades (p.ex. afiliadas) em países fora da Área Económica Europeia EU/AEE (os chamados países terceiros) acontece especialmente se é necessário para a decisão sobre o estabelecimento de uma relação laboral consigo. O processamento dos seus dados pessoais num país terceiro pode também ocorrer em ligação com o uso de prestadores de

serviços no contexto do processamento de encomendas.

A menos que a Comissão EU tenha decidido um adequado nível de proteção de dados no país em questão, nós garantimos – conforme o Artigo 13 (1) f do RGPD – que os seus direitos e liberdades estão protegidos em caso de transferências, de acordo com os Artigos 46, 47 ou 49 (1) alínea 2 do RGPD providenciando garantias adequadas e apropriadas. Informação sobre garantias adequadas e apropriadas e a possibilidade de como e onde obter uma cópia delas mediante pedido ao Departamento de Proteção de Dados ou ao Departamento de Recursos Humanos responsável.

7. Os seus direitos

- Você tem o direito de retirar o seu consentimento para o processamento dos seus dados pessoais, conforme o Art.º 7 (3) do RGPD a qualquer momento, com efeito no futuro. O processamento que ocorreu antes do cancelamento permanece legal.
- De acordo com o Art.º 15 do RGPD, pode solicitar informação sobre os seus dados pessoais processados por nós.
- De acordo com o Art.º 16 do RGPD, pode exigir a correção imediata de dados incorretos ou incompletos guardados por nós.
- De acordo com o Art.º 17 do RGPD, pode requerer o apagamento (aqui anonimização) dos seus dados pessoais guardados por nós, de acordo com as condições ali indicadas, a menos que períodos de retenção legalmente determinados evitem o apagamento imediato – aqui anonimização – (ver Art.º 17 (3) do RGPD) e/ou outro caso do Art.º 17 (3) do RGPD exista e/ou uma nova finalidade justifique processamento posterior.
- De acordo com o Art.º 18 (1) RGPD, pode requerer a restrição do processamento de dados se uma ou mais condições ocorrer, em conformidade com o Art.º 18 (1) do RGPD lit. a a d.
- De acordo com o Art.º 20 (1) do RGPD, pode receber os seus dados pessoais processados por nós em formato estruturado, comum e digital e transferir estes dados para outra pessoa responsável sem impedimentos da nossa parte.
- Além disso, pode opor-se ao processamento dos seus dados pessoais, de acordo com o Art.º 21 (1) do RGPD. Em caso de oposição, cessaremos o processamento dos seus dados pessoais. No entanto, o direito de oposição apenas se aplica em caso de circunstâncias especiais decorrentes da sua situação pessoal. Além disso, razões imperiosas dignas de protecção que se manifestam a favor do processamento podem prevalecer. Além disso, certas finalidades de processamento podem entrar em conflito com o seu direito de objecção.
- De acordo com o Art.º. 21 (2) do RGPD, tem o direito de se opor ao processamento dos seus

dados pessoais com a finalidade de marketing direto, em qualquer altura, sem outras condições. Tal também se aplica ao “profiling” (ou seja, qualquer forma automatizada de processamento de informação pessoal) na medida em que esteja ligado ao marketing directo. Caso se oponha, os seus dados pessoais não voltarão a ser processados para esta finalidade (cf. Art. 21 (3) do RGPD).

- Sem prejuízo de qualquer outro recurso administrativo ou judicial, também tem o direito de recorrer para a autoridade de controlo competente (ver Art.º 77 do RGPD) caso acredite que o processamento dos seus dados pessoais viole as disposições da proteção de dados. Neste contexto, no entanto, gostaríamos de solicitar que dirija qualquer queixa em primeiro lugar aos contactos fornecidos no ponto (1) acima.

8. Âmbito das suas obrigações de nos fornecer os seus dados pessoais

Só necessita de fornecer dados pessoais que sejam necessários para a decisão de estabelecermos uma relação laboral consigo, ou que sejamos legalmente obrigados a recolher (p.ex. para fornecer provas às autoridades). Sem estes dados pessoais, não será possível cumprirmos o processo de candidatura. Se lhe solicitarmos dados pessoais adicionais, será informado em separado sobre a natureza voluntária da informação.

9. Decisão automatizada em casos individuais (incluindo “profiling”)

Não usamos procedimentos de tomadas de decisão puramente automatizados, de acordo com o Art.º 22 do RGPD. No entanto, se no futuro utilizarmos tal procedimento em casos individuais, informá-lo-emos disso separadamente se tal for exigido por lei.